



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

174
112

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0192176-6

APELANTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A

APELADA: MARLEIDE MARREIRO DOS SANTOS

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

5215

EMENTA: CADERNETA DE POUPANÇA – CORREÇÃO MONETÁRIA – PLANO ECONÔMICO – REJEIÇÃO DAS PRELIMINARES DE PRESCRIÇÃO E ILEGITIMIDADE PASSIVA – JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA – APLICAÇÃO CORRETA DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA INTRODUZIDOS PELOS PLANOS ECONÔMICOS – CONDENAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AO PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS DE CORREÇÃO MONETÁRIA APURADAS NO PERÍODO, PARA AS CONTAS COM DATA BASE NA PRIMEIRA QUINZENA DE CADA MÊS (PLANO BRESSER) – VALOR DA CONDENAÇÃO A SER APURADO POR CÁLCULOS, NA FASE SEGUINTE - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0192176-6, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, unanimemente, rejeitar a preliminar de nulidade de sentença em razão da prescrição quinquenal e unanimemente, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva 'ad causam'; no mérito sem discrepância de votos, negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante deste julgado. Sessão realizada em 18 de Maio de 2010.

Recife, 18 de

Maio

2010.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator/Presidente



106
CH
175

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 192176-6

APELANTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A

APELADA: MARLEIDE MARREIRO DOS SANTOS

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo BANCO ABN AMRO REAL S/A junto aos autos da ação de cobrança que lhe move, MARLEIDE MARREIRO DOS SANTOS e julgada procedente, consoante a r. sentença de fls. 56/60, cujo relatório adoto.

Em suas razões, fls. 63/80, o recorrente suscita, de logo, preliminar de prescrição em razão da aplicação do CDC e ilegitimidade passiva *ad causam*. Pleiteia, ainda, caso não sejam acolhidas as preliminares, a improcedência da ação.

Devidamente intimada, a parte recorrida apresentou contra-razões, fls. 96/98.

É O RELATÓRIO.

Ao revisor.

Recife, 15 de

Abu P

de 2010.

Eduardo Augusto Paurá Peres
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

176
113
A

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0192176-6

APELANTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A

APELADA: MARLEIDE MARREIRO DOS SANTOS

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO

Senhores (as) Desembargadores (as),

Senhor (a) Procurador (a)

Conforme já relatado, cuida-se de apelação cível interposta pelo BANCO ABN AMRO REAL S/A da sentença que julgou procedente a ação de cobrança proposta por MARLEIDE MARREIRO DOS SANTOS, contra o ora apelante.

Antes de analisar o mérito do recurso em foco, faz-se necessário apreciar as preliminares suscitadas pelo apelante.

I – PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA EM RAZÃO DA PRESCRIÇÃO QÜINQUÊNAL

O Colendo Superior Tribunal de Justiça tem precedente no sentido de que *"a prescrição relativa às ações que visam impugnar os créditos de remuneração das cadernetas de poupança, incluindo-se aí os juros remuneratórios e a correção monetária, é vintenária"* (AgRg no Ag nº 1132973/SP – 4ª Turma – Rel. Min. João Otávio de Noronha – DJe 22.06.09, anotando-se no mesmo sentido o AgRg no REsp nº 1055763/MG)

Com efeito, os juros remuneratórios e a correção monetária relativos aos depósitos em caderneta de poupança constituem-se no próprio crédito, e não meros acessórios, pois agregam-se mensalmente ao capital, integrando, assim, o objeto principal dos contratos de poupança. Disso decorre que a prescrição não é de

cinco nem de três anos, mas a vintenária do artigo 177, §10, III, do Código Civil de 1916, então vigente.

114

177

Com tais considerações, meu voto é no sentido de rejeitar a preliminar ora argüida.

É como voto.

Recife, 18 de

Maio

de 2010.

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator

115
178
II – PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR ILEGITIMIDADE PASSIVA

“AD CAUSAM”

A preliminar não merece ser acolhida

O STJ já pacificou a **legitimidade passiva** dos bancos nas ações de cobrança relacionadas a planos econômicos. Em síntese, as modificações legislativas federais sobre os critérios de correção monetária dos contratos de poupança não desfiguram a relação creditícia entre os depositantes e as instituições financeiras depositárias. Confira-se:

ECONÔMICO. PROCESSUAL CIVIL. CADERNETA DE POUPANÇA. BANCO DEPOSITÁRIO. LEGITIMIDADE. CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. CRITÉRIO. IPC DE JANEIRO DE 1989 (42,72%).

I - Pertence ao banco depositário, exclusivamente, a legitimidade passiva ad causam para as ações que objetivam a atualização das cadernetas de poupança pelo índice inflacionário expurgado pelo Plano Verão (MP n. 32 e Lei n. 7.730/89).

(...)

(REsp 241694/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 15.08.2000, DJ 25.09.2000 p. 107).

Com tais considerações, meu voto é no sentido de rejeitar a preliminar ora argüida.

É como voto.

Recife, 18 de Maio de 2010.

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator

III – VOTO-MÉRITO

116
4
179

Pelos extratos acostados aos autos, fls. 0917, restou demonstrado que a autora mantinha conta poupança junto à instituição financeira recorrente.

No que diz respeito ao direito dos poupadores à remuneração correspondente à inflação real verificada nos períodos respectivos, e que acabou por ser sonegada em decorrência da substituição de índices determinado pelos chamados planos econômicos, a jurisprudência dos tribunais já consolidou o entendimento no sentido de reconhecer o direitos dos poupadores à aplicação dos índices de correção monetária vigentes previamente às normas que trataram dos planos governamentais. Tal reconhecimento refere-se às cadernetas de poupança com data base na primeira quinzena de cada mês.

Vejamos:

"CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETARIA. "PLANO BRESSER". A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITARIA E A RESPONSÁVEL, EM VIRTUDE DA RELAÇÃO CONTRATUAL, NÃO TENDO AS MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS PELA RES 1.338/87, DO BACEN, VIRTUDE DE ATINGIR SITUAÇÕES PRETERITAS, EM RESPEITO AO DIREITO ADQUIRIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO." (STJ – 3ª Turma – REsp 164631/RJ, DJ 07.05.1998)

"CADERNETA DE POUPANÇA. PLANO BRESSER. APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO 1.338/1987 BACEN. LEGITIMIDADE. SUSPEIÇÃO. MATERIA NÃO PREQUESTIONADA. SUM. 115/STJ. 1 - As novas regras aplicáveis aos rendimentos das cadernetas de poupança, decorrentes da resolução 1.338/1987, são aplicáveis aos períodos aquisitivos iniciados a partir do dia 17/06/1987, não aos anteriores a esta data, com trintídio já iniciado, em resguardo aos direitos dos depositantes à remuneração do ipc para correção dos saldos em contas. 2 - A matéria relativa a legitimidade e suspeição deixou de ser apreciada no tribunal "a quo", ou seja, carece de prequestionamento, a teor dos verbetes da Súmula. 282 e Súmula. 356/STF. 3 - Um dos Recursos Especiais, sem procuração outorgada ao signatário das razões, e inexistente, conforme disposto na Súmula. 115/STJ. 4 - Recursos Especiais não conhecidos. 5 - Recurso Especial conhecido pela alínea "c", mas improvido." (STJ – 3ª Turma – REsp 57299/RJ, DJ 26.11.1996)



117
180

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. ÍNDICES. PLANO BRESSER. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. PRECEDENTE DA CORTE.

I - É vintenária a prescrição nas ações em que são impugnados os critérios de remuneração da caderneta de poupança e postuladas as respectivas diferenças, porquanto discutido o próprio crédito, e não seus acessórios. II - Nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte é devido, na correção de caderneta de poupança, o IPC de junho de 1987 (26,06%). III - Os juros de mora são devidos a partir da citação nas ações de cobrança que buscam complementar as remunerações da caderneta de poupança. Agravo Regimental improvido." (STJ – 3ª Turma - AgRg no Ag 1132388/RS, DJ 26.05.2009)

Da mesma forma já se pronunciou o Supremo Tribunal Federal:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - CADERNETA DE POUPANÇA - CONTRATO DE DEPÓSITO VALIDAMENTE CELEBRADO - ATO JURÍDICO PERFEITO - INTANGIBILIDADE CONSTITUCIONAL - CF/88, ART 5º, XXXVI - INAPLICABILIDADE DE LEI SUPERVENIENTE À DATA DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE DEPÓSITO, MESMO QUANTO AOS EFEITOS FUTUROS DECORRENTES DO AJUSTE NEGOCIAL - RECURSO IMPROVIDO. - Os contratos submetem-se, quanto ao seu estatuto de regência, ao ordenamento normativo vigente à época de sua celebração. Mesmo os efeitos futuros oriundos de contratos anteriormente celebrados não se expõem ao domínio normativo de leis supervenientes. As consequências jurídicas que emergem de um ajuste negocial válido são regidas pela legislação em vigor no momento de sua pactuação. Os contratos - que se qualificam como atos jurídicos perfeitos (RT 547/215) - acham-se protegidos, em sua integralidade, inclusive quanto aos efeitos futuros, pela norma de salvaguarda constante do art. 5º, XXXVI, da Constituição da República. Doutrina e precedentes. - A incidência imediata da lei nova sobre os efeitos futuros de um contrato preexistente, precisamente por afetar a própria causa geradora do ajuste negocial, reveste-se de caráter retroativo (retroatividade injusta de grau mínimo), achando-se desautorizada pela cláusula constitucional que tutela a intangibilidade das situações jurídicas definitivamente consolidadas. Precedentes" (STF – AI AgR 363158/SP – 2ª Turma, DJ. 03.02.2006. PP00035)

Quanto à exibição dos extratos bancários, levando-se em linha de consideração a inversão do ônus da prova e a facilitação da defesa dos direitos do consumidor (CDC, art. 6º, VIII), cabia ao estabelecimento bancário, extirpe de dúvidas, exibir os extratos relativos aos períodos mencionados na inicial, sendo seu dever mantê-los em arquivo, uma vez não prescrita a pretensão da poupadora.

Omitindo-se a instituição financeira no seu mister, insta arcar com as consequências daí advindas.

Assim, de rigor a apresentação dos extratos solicitados pela poupadora, em decorrência do disposto no Código de Defesa do Consumidor e nos artigos 355 e 358, III, do Código de Processo Civil, por ocasião do início da liquidação de sentença.

À vista do exposto, e pelo mais que dos autos consta, meu voto é no sentido de negar provimento ao recurso do banco réu, mantendo-se a r. sentença por seus próprios fundamentos.

É como voto.

Recife, 18 de maio de 2010.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator

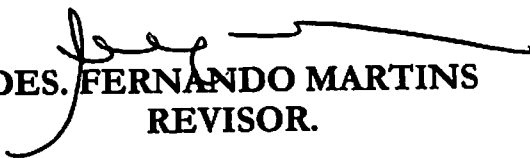
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0192176-6
APELANTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A
APELADA: MARLEIDE MARREIRO DOS SANTOS
REVISOR: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

VOTO REVISÃO

**Voto pelo NÃO PROVIMENTO do apelo de acordo com o voto do
Des. Relator.**

É como voto.
Recife, 18 de

05 de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS
REVISOR.

120
183

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0192176-6

APELANTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A

APELADA: MARLEIDE MARREIRO DOS SANTOS

Conforme já relatado, cuida-se de apelação cível interposta pelo BANCO ABN AMRO REAL S/A da sentença que julgou procedente a ação de cobrança proposta por MARLEIDE MARREIRO DOS SANTOS, contra o ora apelante.

Antes de analisar o mérito do recurso em foco, faz-se necessário apreciar as preliminares suscitadas pelo apelante.

I – PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA EM RAZÃO DA PRESCRIÇÃO QUINQUÊNAL

O Colendo Superior Tribunal de Justiça tem precedente no sentido de que “a prescrição relativa às ações que visam impugnar os créditos de remuneração das cadernetas de poupança, incluindo-se aí os juros remuneratórios e a correção monetária, é vintenária” (AgRg no Ag nº 1132973/SP – 4ª Turma – Rel. Min. João Otávio de Noronha – DJe 22.06.09, anotando-se no mesmo sentido o AgRg no REsp nº 1055763/MG)

Com efeito, os juros remuneratórios e a correção monetária relativos aos depósitos em caderneta de poupança constituem-se no próprio crédito, e não meros acessórios, pois agregam-se mensalmente ao capital, integrando, assim, o objeto principal dos contratos de poupança. Disso decorre que a prescrição não é de cinco nem de três anos, mas a vintenária do artigo 177, §10, III, do Código Civil de 1916, então vigente.

Com tais considerações, meu voto é no sentido de rejeitar a preliminar ora argüida.

II – PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR ILEGITIMIDADE PASSIVA “AD CAUSAM”

A preliminar não merece ser acolhida

121
0184

O STJ já pacificou a legitimidade passiva dos bancos nas ações de cobrança relacionadas a planos econômicos. Em síntese, as modificações legislativas federais sobre os critérios de correção monetária dos contratos de poupança não desfiguram a relação creditícia entre os depositantes e as instituições financeiras depositárias. Confira-se:

ECONÔMICO. PROCESSUAL CIVIL. CADERNETA DE POUPANÇA. BANCO DEPOSITÁRIO. LEGITIMIDADE. CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. CRITÉRIO. IPC DE JANEIRO DE 1989 (42,72%). I - Pertence ao banco depositário, exclusivamente, a legitimidade passiva ad causam para as ações que objetivam a atualização das cadernetas de poupança pelo Índice inflacionário expurgado pelo Plano Verão (MP n. 32 e Lei n. 7.730/89). (...) (REsp 241694/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 15.08.2000, DJ 25.09.2000 p. 107).

Com tais considerações, meu voto é no sentido de rejeitar a preliminar ora argüida.

MÉRITO

Pelos extratos acostados aos autos, fls. 0917, restou demonstrado que a autora mantinha conta poupança junto à instituição financeira recorrente.

No que diz respeito ao direito dos poupadores à remuneração correspondente à inflação real verificada nos períodos respectivos, e que acabou por ser sonegada em decorrência da substituição de índices determinado pelos chamados planos econômicos, a jurisprudência dos tribunais já consolidou o entendimento no sentido de reconhecer o direitos dos poupadores à aplicação dos índices de correção monetária vigentes previamente às normas que trataram dos planos governamentais. Tal reconhecimento refere-se às cadernetas de poupança com data base na primeira quinzena de cada mês.

Vejamos:

"CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. "PLANO BRESSER". A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA E A RESPONSÁVEL, EM VIRTUDE DA RELAÇÃO CONTRATUAL, NÃO TENDO AS MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS PELA RES 1.338/87, DO BACEN, VIRTUDE DE ATINGIR

127
✓
185

SITUAÇÕES PRETERITAS, EM RESPEITO AO DIREITO ADQUIRIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO." (STJ - 3ª Turma - REsp 164631/RJ, DJ 07.05.1998)

"CADERNETA DE POUPANÇA. PLANO BRESSER. APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO 1.338/1987 BACEN. LEGITIMIDADE. SUSPEIÇÃO. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. SUM. 115/STJ. 1 - As novas regras aplicáveis aos rendimentos das cadernetas de poupança, decorrentes da resolução 1.338/1987, são aplicáveis aos períodos aquisitivos iniciados a partir do dia 17/06/1987, não aos anteriores a esta data, com trintídio já iniciado, em resguardo aos direitos dos depositantes à remuneração do ipc para correção dos saldos em contas. 2 - A matéria relativa a legitimidade e suspeição deixou de ser apreciada no tribunal "a quo", ou seja, carece de prequestionamento, a teor dos verbetes da Súmula. 282 e Súmula. 356/STF. 3 - Um dos Recursos Especiais, sem procuração outorgada ao signatário das razões, e inexistente, conforme disposto na Súmula. 115/STJ. 4 - Recursos Especiais não conhecidos. 5 - Recurso Especial conhecido pela alínea "c", mas improvido." (STJ - 3ª Turma - REsp 57299/RJ, DJ 26.11.1996)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. ÍNDICES. PLANO BRESSER. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. PRECEDENTE DA CORTE.

I - É vintenária a prescrição nas ações em que são impugnados os critérios de remuneração da caderneta de poupança e postuladas as respectivas diferenças, porquanto discutido o próprio crédito, e não seus acessórios. II - Nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte é devido, na correção de caderneta de poupança, o IPC de junho de 1987 (26,06%). III - Os juros de mora são devidos a partir da citação nas ações de cobrança que buscam complementar as remunerações da caderneta de poupança. Agravo Regimental improvido." (STJ - 3ª Turma - AgRg no Ag 1132388/RS, DJ 26.05.2009)

Da mesma forma já se pronunciou o Supremo Tribunal Federal:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - CADERNETA DE POUPANÇA - CONTRATO DE DEPÓSITO VALIDAMENTE CELEBRADO - ATO JURÍDICO PERFEITO - INTANGIBILIDADE CONSTITUCIONAL - CF/88, ART 5º, XXXVI - INAPLICABILIDADE DE LEIS SUPERVENIENTES À DATA DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE DEPÓSITO, MESMO QUANTO AOS EFEITOS FUTUROS DECORRENTES DO AJUSTE NEGOCIAL - RECURSO IMPROVIDO. - Os contratos submetem-se, quanto ao seu estatuto de regência, ao ordenamento normativo vigente à época de sua celebração. Mesmo os efeitos futuros oriundos de contratos anteriormente celebrados não se expõem ao domínio normativo de leis supervenientes. As consequências jurídicas que emergem de um ajuste negociado válido são regidas pela legislação em vigor no momento de sua pactuação. Os contratos - que se qualificam como atos jurídicos perfeitos (RT 547/215) - acham-se protegidos, em sua integralidade, inclusive quanto aos efeitos futuros, pela norma de salvaguarda constante do art. 5º, XXXVI, da Constituição da República. Doutrina e precedentes. - A incidência imediata da lei nova sobre os efeitos futuros de um contrato preexistente, precisamente por afetar a própria

123
186
causa geradora do ajuste negociado, reveste-se de caráter retroativo (retroatividade injusta de grau mínimo), achando-se desautorizada pela cláusula constitucional que tutela a intangibilidade das situações jurídicas definitivamente consolidadas. Precedentes"(STF – AI AgR 363158/SP – 2ª Turma, DJ. 03.02.2006. PP00035)

Quanto à exibição dos extratos bancários, levando-se em linha de consideração a inversão do ônus da prova e a facilitação da defesa dos direitos do consumidor (CDC, art. 6º, VIII), cabia ao estabelecimento bancário, extirpe de dúvidas, exibir os extratos relativos aos períodos mencionados na inicial, sendo seu dever mantê-los em arquivo, uma vez não prescrita a pretensão da poupadora. Omitindo-se a instituição financeira no seu mister, instaurar com as consequências daí advindas.

Assim, de rigor a apresentação dos extratos solicitados pela poupadora, em decorrência do disposto no Código de Defesa do Consumidor e nos artigos 355 e 358, III, do Código de Processo Civil, por ocasião do início da liquidação de sentença.

À vista do exposto, e pelo mais que dos autos consta, meu voto é no sentido de negar provimento ao recurso do banco réu, mantendo-se a r. sentença por seus próprios fundamentos.